

FOLHA DE S. PAULO

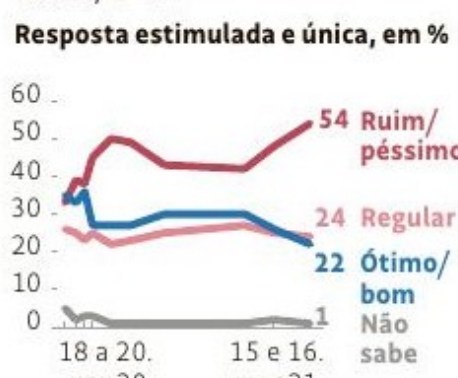
HÁ 100 ANOS ★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

ANO 101 ★ Nº 33.586

QUARTA-FEIRA, 17 DE MARÇO DE 2021

R\$ 5,00

Rejeição a Bolsonaro na pandemia chega ao maior nível, 54%



44% reprovam governo Bolsonaro



Rejeição da gestão Bolsonaro na pandemia tem pior marca

Índice chega a 54%, aponta Datafolha; 43% veem presidente como maior culpado pelo quadro atual

A rejeição a Jair Bolsonaro na gestão da pandemia subiu ao maior índice desde que a crise começou, há um ano. Segundo o Datafolha, 54% veem sua atuação como ruim ou péssima. Na pesquisa passada, feita em 20 e 21 de janeiro, 48% reprovavam.

A parcela dos que consideram sua condução no combate à Covid como ótima ou boa passou de 26% para 22%.

O instituto ouviu, por telefone, 2.023 pessoas nos dias 15 e 16. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou menos.

O presidente é apontado por 43% dos entrevistados como o principal responsável pela fase aguda da doença. Governadores, que em sua maioria defendem mais restrições, são vistos como culpados por 17%; prefeitos são mencionados por 9%.

A má imagem na questão sanitária se reflete na avaliação geral do governo Bolsonaro, que continua no pior nível desde que ele assumiu, em 2019. Reprovam-no 44%, uma oscilação que quase sai do limite da margem de erro ante os 40% de janeiro.

Com o auxílio emergencial, sua popularidade cresceu no fim de 2020, mas a curva volta a se inverter. Poder A4 e A5

Análise Mauro Paulino e Alessandro Janoni
Colapso na saúde devolve presidente ao incerto A5

Eventual alta de juros causa temor no setor produtivo

O risco de estouro da meta de inflação deste ano tem preocupado investidores, mas economistas consideram que o repique dos índices de preços ao consumidor é temporário e não demanda, ao menos por ora, uma ação do BC.

A preocupação com uma eventual alta de juros se dá principalmente no setor produtivo, que vê risco de uma piora na situação financeira de empresas e de famílias. Mercado A14

Em 2 anos, cesta básica registra alta de quase 33%

Mercado A15

Avisamos ao presidente que intervir na Petrobras teria custo, diz Guedes

Poder A18

Recursos de Flávio Bolsonaro são rejeitados pelo STJ

Após anular quebra de sigilos, o STJ preservou um dos principais conjuntos de provas das apurações de Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) no caso das "rachadinhas". A corte julgou regular envio de dados do Coaf ao MP-RJ e manteve atos de juiz. Poder A6

Bolsonaristas agridem repórter em ato em BH

Poder A6

Mundo A13

Pergaminhos com texto manuscrito da Bíblia são achados por arqueólogos

Esporte B10

Sem lugar para continuar o Paulista, federação de futebol cogita ir à Justiça



Marcelo Queiroga e Eduardo Pazuello ontem no Ministério da Saúde. Mateus Bonomi/AGIF

Queiroga defende a ciência em dia de recorde de mortes

Confirmado para substituir o general Eduardo Pazuello na chefia do Ministério da Saúde, o cardiologista Marcelo Queiroga defendeu, em pronunciamento ontem, a adoção de medidas baseadas "no melhor da evidência científica", fez um apelo pelo uso de máscaras e disse que a imprensa é aliada.

No mesmo dia, o Brasil registrou 2.798 mortes por Covid, o maior número de vidas perdidas em 24 horas de toda a pandemia. O valor significa quase uma morte a cada 30 segundos. Há 18 dias consecutivos o país contabiliza recordes de média móvel de óbitos, que agora chegou a 1.976. Saúde B1

ANÁLISE Cláudia Collucci

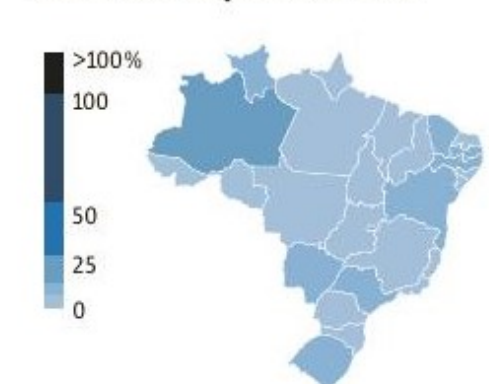
Sem autonomia e quadro técnico, ministro pouco avançará no combate à crise B1

Vacinação no Brasil

% da população vacinada*

Brasil	2ª dose	1ª dose
Brasil	2,4	6,5
AM	3,7	12,6
SP	3,1	8,3
MS	3,7	7,6

Cobertura da primeira dose*



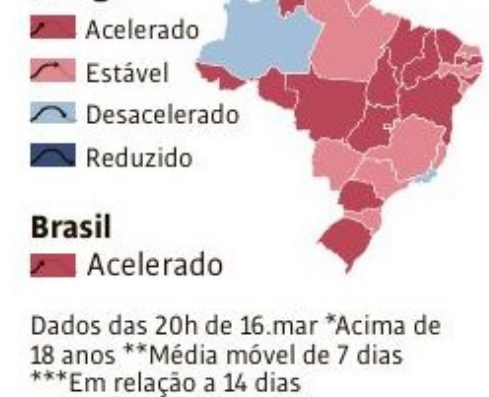
Total de doses aplicadas

	3,8 mi	10,4 mi
1º SP	1,1 mi	3 mi
2º MG	384,2 mil	875,8 mil
3º RJ	254,5 mil	773,3 mil

Números da pandemia

	Casos	Óbitos
Total	11,6 mi	282,4 mil
16.mar**	69,2 mil	1.976
variação***	25,1%	55,1%

Estágios



ATMOSFERA

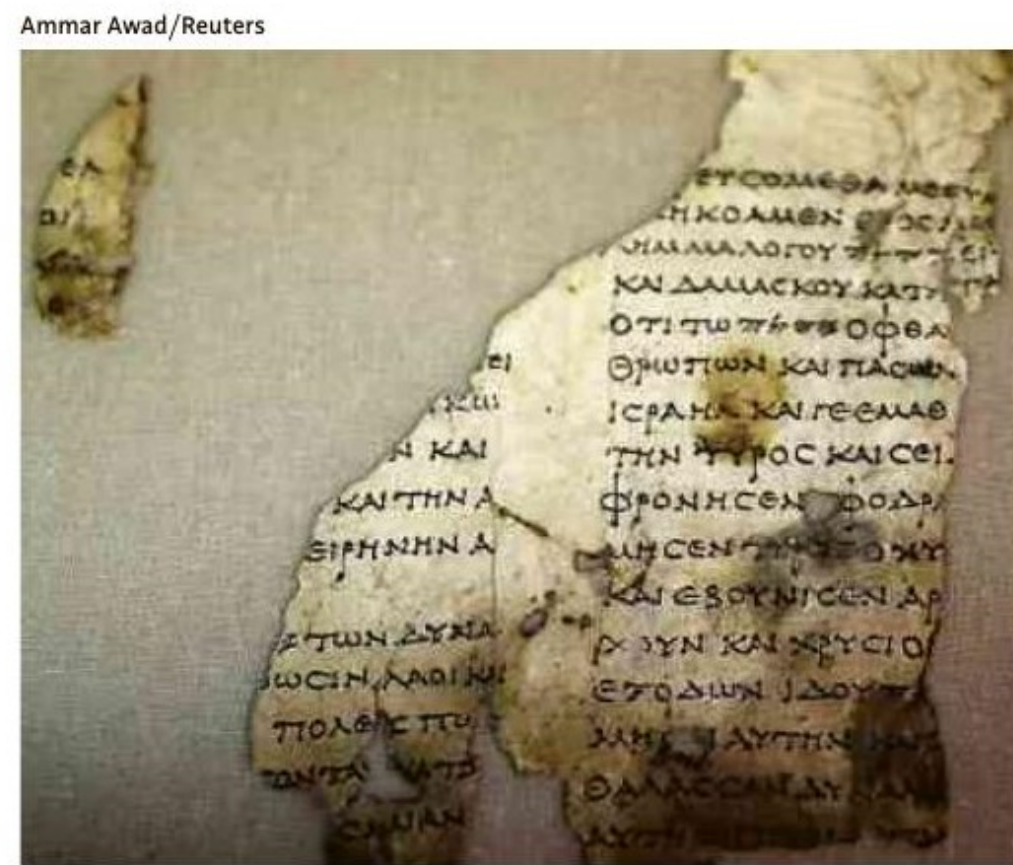


Ilustrada B12

Não ao espetáculo

Pritzker premia Anne Lacaton e Jean Philippe Vassal, dupla responsável pela transformação do Palácio de Tokyo e que utiliza materiais banais para atualizar estruturas obsoletas.

AUDIÊNCIA/MÊS
PÁGINAS VISTAS 172.560.110
VISITANTES ÚNICOS 31.591.591

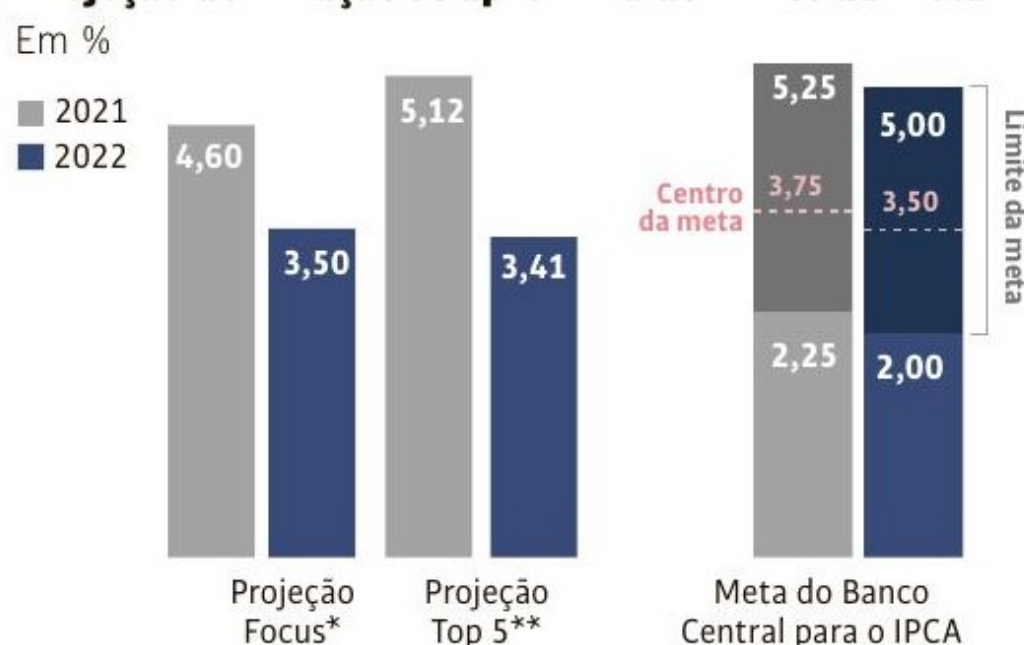


Fragmento de pergaminho com texto bíblico em grego

ISSN 1414-5723
9 771414 572049 3 3 5 8 6

mercado

Projeção de inflação se aproxima do limite da meta



*Mediana IPCA de todos os analistas consultados
**Mediana IPCA das instituições Top 5 Curto Prazo
Fonte: Banco Central do Brasil

Setor produtivo vê precipitação em alta forte dos juros

Estimativas de inflação perto de limite da meta põe pressão sobre o BC, que deve elevar Selic nesta quarta

Eduardo Cucolo

SÃO PAULO O risco de estouro da meta de inflação deste ano entrou no radar dos investidores. Na avaliação de muitos economistas, no entanto, o repique dos índices de preços ao consumidor é temporário e não demanda uma ação do Banco Central neste momento de incertezas sobre os impactos da pandemia na economia brasileira.

A preocupação com a alta de juros se dá principalmente no setor produtivo, que vê riscos de uma piora na situação financeira de empresas e famílias, inclusive com risco de aumento da inadimplência e cortes de investimentos.

O boletim Focus do BC publicado nesta semana mostra que as projeções dos economistas consultados são de um IPCA (índice oficial de inflação) de 4,60% neste ano. Entre as cinco instituições com maior percentual de acerto nas projeções, a estimativa é de 5,12%. A meta de inflação é de 3,75%, com intervalo de tolerância de até 5,25%.

Nesta quarta (17), o Copom (Comitê de Política Monetária) discute a elevação da Selic, atualmente em 2% ao ano. A expectativa majoritária no mercado é de uma alta para até 2,75%, chegando a 4,5% no fim do ano.

“Se o BC é independente de verdade, não precisa dar satisfação ao mercado. Aumentar muito os juros agora é desnecessário. A inflação vai cair. Pode subir 0,25 [ponto percentual] agora, esperar e, talvez mais 0,25 depois para mostrar que está atento à inflação”, afirma Carlos Thadeu de Freitas, chefe da Divisão Econômica da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo). Para o economista, que já foi diretor do BC, é provável que o IPCA fique próximo de 5% neste ano, mas a expectativa é de queda em 2022, em um cenário em que a inflação de serviços continuará baixa por conta da falta de demanda.

Freitas afirma que, em 2020, o auxílio emergencial contribuiu para que houvesse repasses dos preços do atacado para o varejo, mas que o valor previsto para o benefício neste ano representa pouco mais de 2% das vendas do varejo.

“É necessário subir um pouco os juros para o BC mostrar que está atento, para que a inflação não fuja do controle, mas o governo tem de ser expansionista, não pode ser contractionista. Em outros países, o juro vai ficar baixo.”

Jonathas Goulart, gerente de Estudos Econômicos da Firjan

(Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro), diz que o Brasil vive um novo pico de casos de Covid-19 que está fazendo com que a atividade mostre novamente sinais de fraqueza e deve impedir mais repasses de pressão de custos para o consumidor.

Para ele, enquanto não houver clareza sobre o que está acontecendo na economia real, qualquer decisão de aumento de juros pode ser precipitada. Por isso, seria melhor que o BC esperasse mais tempo para avaliar o cenário.

“A gente está em um período de pandemia, não sabe quais serão os efeitos dessa segunda onda. É preciso entender se aumento de inflação de custos vai ser repassado para a economia como um todo”, afirma. “Com os últimos dados mostrando que a recuperação está arrefecendo, é o momento de manter ainda uma política monetária que favoreça a expansão da atividade.”

O economista Pedro Rossi, professor do Instituto de Economia da Unicamp, diz que um aumento de juros contraria a própria lógica do regime de metas, uma vez que não há pressão de demanda e é grande a ociosidade de fatores de produção, com capacidade ociosa na indústria e desemprego elevados.

“Subir os juros é uma decisão frágil. Você está considerando um choque de custos que já aconteceu, que vai se dissipar, e está ignorando um choque [negativo] de demanda que está vindo por causa do agravamento da pandemia. Você está olhando para trás, não para a frente”, diz Rossi.

Para ele, a única justificativa para subir juros seria uma tentativa de buscar uma valorização do real, algo que estaria em desacordo com o regime de metas. Além disso, possivelmente não daria resultado, dado que o principal determinante da flutuação do dólar real é o cenário externo. Rossi afirma que a moeda nacional tende, historicamente, a se desvalorizar mais que as outras divisas emergentes em períodos de incerteza, assim como tende a ganhar mais valor nos períodos de bonança, principalmente por causa da falta de regulação do mercado de câmbio no Brasil.

“O mercado acha que o juro real positivo é um direito e uma condição que deve ser respeitada”, afirma. “O que sobra é isso, uma reivindicação do mercado [de aumento de juros] que me parece sem justificativa. Tem gente que atribui inflação a política fiscal ou aumento de risco, o que não tem nenhum sentido.”

Elevação pode interromper o repasse do atacado para o varejo

OPINIÃO

Marcelo Kfoury Muinhos

Professor e coordenador do Centro Macro-Brasil da FGV-EESP

O BC deve começar nesta quarta-feira (17) o processo de normalização da política monetária após um período expansionista de caráter extraordinário. A Selic a 2%, no seu mínimo histórico, significava juros reais (descontada a inflação) no território negativo. Porém, houve aceleração recente na inflação, impossibilitando juros tão baixos.

A necessidade de ajuste nos juros se deve ao choque de elevadas proporções, que incide sobre os preços no atacado. Tal choque colocou os IGPs no patamar de 30% em 12 meses. O motivo foi o aumento dos preços das commodities em reais. O preço se elevou muito no exterior,

devido aos estímulos fiscais e monetários, o que proporcionou recuperação das economias centrais.

Além disso, houve depreciação acentuada do real devido aos gastos no combate a pandemia, que foram necessários, mas fragilizaram as contas públicas. A relação dívida bruta/PIB subiu 15 pontos percentuais, sendo uma das mais altas entre os emergentes.

O índice de preços ao atacado está subindo 40% nos últimos 12 meses. A mais recente leitura do IPCA traz aumento de 5,2% no mesmo período. Desde o Plano Real não há uma discrepância tão alta em termos relativos entre os IGPs e o IPCA. A expectativa de inflação em agosto passado para a inflação de 2021 era de 3%. No Focus mais recente, essa expectativa se elevou para 4,6%, bem acima do centro da meta deste ano (3,75%).

Portanto, a autoridade monetária necessita iniciar o processo de normalização dos juros, mesmo no pior momento da segunda onda da pandemia, por isso o fará de maneira gradual.

Para não agravar o quadro de atividade econômica, o BC deve começar a subir a Selic de maneira gradual, em passos de 0,5 ponto percentual, chegando, na minha previsão, em 5% ao fim do ano.

Caso o BC não aumente os juros, haverá maior repasse, efeitos de segunda ordem dos aumentos, e a inflação vai se generalizando. O choque atinge primeiramente os produtos que têm componentes importados, como os panificados, além da gasolina e outros que acompanham os preços internacionais. Se o BC não reagir, esses choques primários passarão para os salários e para os

outros preços da economia, gerando uma percepção de descontrole da inflação.

A meta principal da autoridade monetária é perseguir estabilidade de preços. Num momento como o atual, há um certo dilema em subir os juros, num período em que provavelmente o desemprego voltará novamente a subir. Entretanto, o custo social em termos de crescimento de produto será maior ao postergar o ajuste. Se a inflação fugir muito da meta, o custo de desinflacionar a economia será maior do que se combater o choque inflacionário no presente momento.

Reformas e ajustes nos gastos públicos podem diminuir o risco fiscal embutido na curva de juros e no câmbio, propiciando uma apreciação do real, diminuindo a magnitude do repasse da inflação do atacado para o varejo, diminuindo assim a necessidade de ajuste na Selic. Porém, com agravamento da pandemia, será difícil cortar gastos, e parte do ajuste na inflação será inevitavelmente feito com alta nos juros.

Mexer na Selic agora seria prova cabal de negacionismo econômico

OPINIÃO

José Luis Oreiro

Professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília

Há muito tempo venho insistindo em meus artigos que o debate econômico no Brasil se processa como se nosso país tivesse caído numa falha de espaço-tempo (peço as devidas vêniãs aos físicos por me intrometer na sua seara), tendo sido transportado para um universo paralelo onde as leis econômicas funcionam ao contrário do universo de referência.

A pressão que os economistas e analistas do mercado financeiro têm feito, por intermédio da grande mídia, para que o BC retome imediatamente a “normalização” da política monetária, com um “ajuste” (ou seja, elevação) da Selic, é mais uma demonstração da minha tese de que habitamos um universo paralelo.

No universo de referência —aquele em que habitam o Federal Reserve, o Banco Central Europeu, o Bank of England e o Banco do Japão— não há ninguém, fora de alguma clínica psiquiátrica, que defenda uma elevação dos juros no meio da maior contração do nível de atividade desde a Grande Depressão de 1929. Mas, no universo B do Banco Central do Brasil,

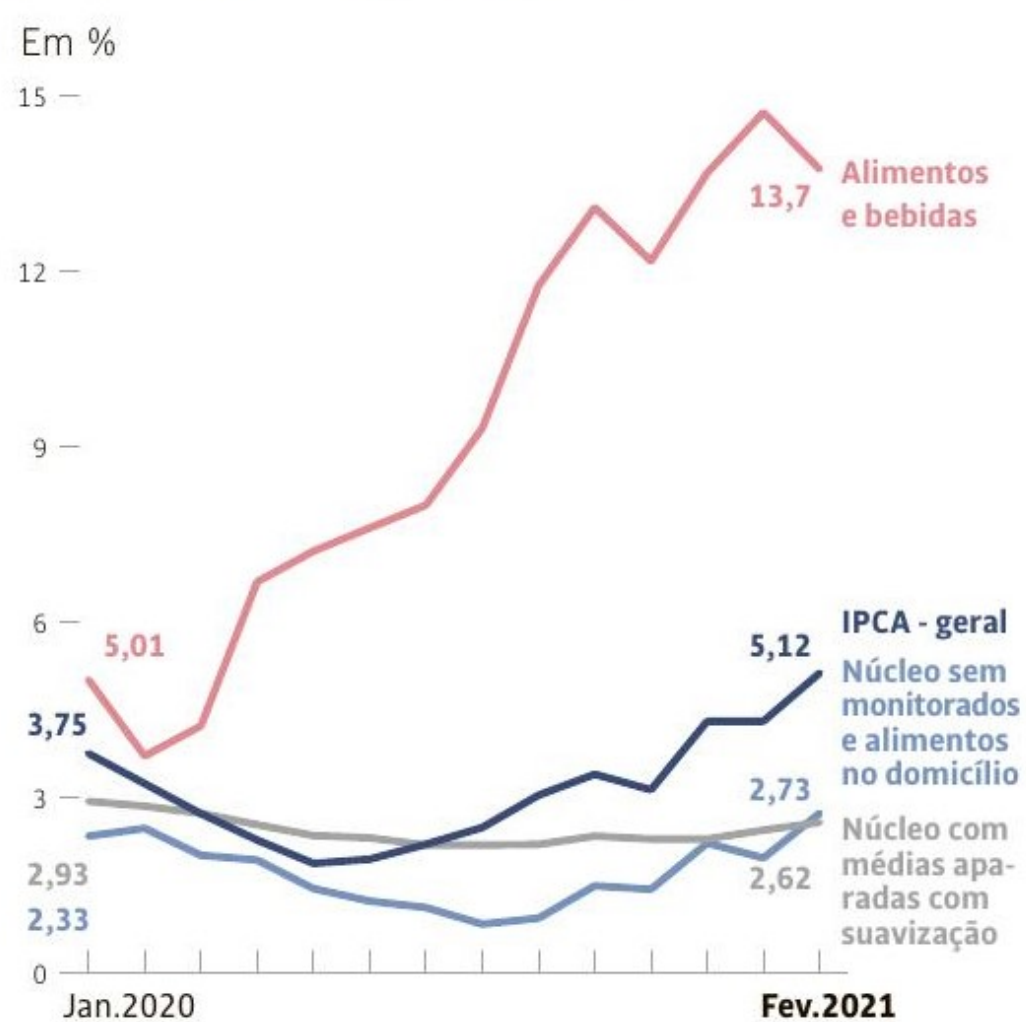
ao que tudo indica, o Copom deverá retomar o processo de elevação dos juros com vistas à (sic) normalização das condições monetárias.

Os economistas do universo paralelo advogam duas razões para isso. A primeira é que o BC teria ido longe demais no processo de redução dos juros em 2020, o que levou a um aumento da inclinação da curva de juros, ou

seja, a uma elevação da taxa de juros de longo prazo relativamente à de curto prazo dado que o mercado, atento ao crescente desequilíbrio fiscal da economia brasileira, estaria precificando uma elevação futura da Selic.

A redução excessiva da Selic em 2020 também teria levado a uma redução do diferencial de juros com respeito as economias desenvolvi-

Evolução da média móvel nos últimos 12 meses dos índices de inflação no Brasil



das, produzindo assim uma forte desvalorização da taxa de câmbio e, dessa forma, uma aceleração da inflação.

A segunda razão é que, dada a elevação observada da inflação entre novembro de 2020 e fevereiro de 2021, o BC corre o risco de não alcançar a meta para este ano.

A inclinação da curva de juros não tem nada que ver com o desequilíbrio fiscal do Brasil. Em razão da pandemia, todos os países do mundo tiveram que adotar políticas fiscais extremamente expansionistas, vide o pacote de US\$ 1,9 trilhão nos EUA.

No Brasil, a curva de juros “imbecou” porque o BC decidiu não intervir na parte longa da curva de juros sob o argumento de não produzir (sic) artificialismos na estrutura de juros da economia.

Quanto à aceleração recente da inflação, o gráfico ao lado mostra que a elevação da média móvel dos últimos 12 meses do IPCA foi resultado basicamente da alta extraordinária dos preços de alimentos e bebidas. As medidas de núcleo de inflação (aparadas sem suavização e excluindo alimentos e preços monitorados) mostram uma inflação bastante comportada e baixa.

Isso mostra, portanto, que a aceleração da inflação foi devida a um choque de oferta negativo, o qual não pode ser combatido via elevação de juros, cuja função é reduzir pressões de demanda, inexistentes no momento.

Elevar os juros nesse contexto será prova cabal de negacionismo econômico.

Aumento na taxa básica seria cloroquina da política econômica

OPINIÃO

Nelson Marconi

Professor da Escola de Administração de São Paulo da FGV. Foi coordenador do programa de governo de Ciro Gomes em 2018

O mercado desejou, em uníssono, o aumento da Selic, fazendo marcação cerrada sobre o Copom. Se optar pela alta, certamente será uma decisão equivocada. Subir a taxa de juros com o nível de desemprego atual e a inoperância do governo no combate à pandemia só prejudicará mais a economia e a população.

Os defensores da elevação da taxa de juros afirmam que, por consequência, ingressará mais capital no país e taxa de câmbio se reduzirá, ajudando a evolução da taxa de inflação, que está acima da meta; se as reformas tivessem sido encaminhadas, a pressão sobre os preços seria menor, e

o peso dos juros e do câmbio sobre a inflação, idem.

Concordo que a taxa de câmbio está em um patamar um pouco acima do necessário, mas a alta na taxa de juros não mudará esse cenário. Desde agosto a Selic encontra-se estável no patamar de 2%, portanto já são sete meses, e o câmbio tem oscilado bastante, mais até do que em períodos anteriores em que a Selic era mais alta.

Para termos uma noção dessa volatilidade, a taxa de câmbio correspondia a R\$ 5,27 em 4 de agosto, atingiu R\$ 5,56 em 4 de novembro, depois caiu até R\$ 5,06 em 16 de dezembro, subindo novamente até R\$ 5,74 no dia 9. Parece evidente que não há relação entre o comportamento dos juros e de câmbio nesse período, a não ser que as taxas em outros países também tivessem oscilado na direção de

alta e baixa de forma acentuada, o que não ocorreu.

Essa movimentação do câmbio está, na verdade, associada à ausência de perspectiva na política econômica, no combate à pandemia, na estabilização da relação dívida/PIB a longo prazo e na conjuntura política, reforçada pela existência de um dos maiores mercados futuros de câmbio do planeta, que possibilita uma série de operações especulativas que se aproveitam desse cenário.

Em relação à inflação, por sua vez, a pressão forte dos alimentos se deveu à alta dos preços das commodities no exterior, o que também pressionou o preço de insumos industriais e, mais recentemente, dos combustíveis. Daí pergunta: qual a influência direta da alta das taxas de juros sobre esses preços? Nenhuma! Já conhecemos os impactos

negativos do controle da taxa de câmbio, visando a sua valorização, sobre o setor produtivo e os empregos mais qualificados da economia.

Quando olhamos o comportamento da inflação, vemos que o pico das variações ocorreu entre setembro e dezembro, que foram decisivas para determinar a variação de 5,2% nos últimos 12 meses até fevereiro. Neste último mês, o impacto mais incisivo decorre da alta dos combustíveis.

A inflação de serviços —importante sinal do comportamento da demanda, sobre a qual a taxa de juros exerceria influência— subiu em fevereiro devido ao reajuste das mensalidades escolares, típico desse período. Novamente, qual a influência dos juros sobre a definição dos períodos de reajuste de mensalidades? Zero!

Subir os juros no atual cenário equivale a recitar cloroquina para quem está na UTI. Só piorará um cenário já deteriorado. Inibirá mais os investimentos produtivos e elevará o custo de financiamento da dívida. É um atentado contra a economia brasileira.